

AS MULHERES SE DIVERTEM CARNAVAIS PAULISTANOS (1923-1938)

Zélia Lopes da Silva*

Resumo

Este artigo discute a presença feminina no Carnaval de São Paulo. Ele analisa a bibliografia sobre o tema e também aponta o alcance e os limites da liberação de costumes entre mulheres de diferentes classes sociais.

Palavras-chave

Mulheres; carnaval; São Paulo (1923-1938); Brasil (1923-1938).

Abstract

This article discusses the female presence in São Paulo's carnival. It analyses the bibliography on this subject and also points out the reach and limits of liberation among women of different social classes.

Key-words

Women; Carnival; São Paulo (1923-1938); Brazil (1923-1938).

*os sexos estão ardendo ...
todas as meninas bonitas estão sendo bolinadas*

Patrícia Galvão, *Parque industrial*

*[mulatas] cor de canela, seios quase à mostra,
requebravam-se voluptuosamente, em delírio...*

Jorge Amado, *O país do carnaval*

Pensar sobre a presença da mulher paulistana no carnaval, entre 1923 e 1938, é uma tarefa bastante instigante e sugere algumas indagações: 1. Qual era nesse período a magnitude de sua participação nos festejos de Momo? 2. Como foi possível, em rápido espaço de tempo, a sociedade brasileira alterar os seus valores, a ponto de a figura feminina projetar-se no imaginário social brasileiro da atualidade como objeto sexual e símbolo dos prazeres ilimitados? 3. Que elementos apareceram em seu cotidiano que possibilitaram esse tipo de elaboração e, ainda, permitiram, em curto espaço de tempo, fixar-se no imaginário coletivo da sociedade brasileira como objeto sexual e símbolo dos prazeres até então insondáveis?

Diferentes registros assinalam profundos questionamentos em relação à forma como a sociedade estava organizada nos anos vinte e trinta do século XX, colocando em xeque valores e a estrutura de poder vigente, configurada e sacralizada na política de revezamento do controle da máquina estatal, partilhada por São Paulo e Minas Gerais. Essas pejeas culminaram na derrocada desse modelo de República elitista e excludente, em outubro de 1930. Em seu lugar, instala-se um outro governo, igualmente autoritário, comandado por Getúlio Vargas, que inicialmente foi nomeado de Provisório (1930-1934). Após julho de 1934, torna-se Constitucional (1934-1937) para, no final de 1937, com um golpe de Estado, assumir sua feição ditatorial (1937-1945) em nome da regeneração da República.

Ao longo desse processo, as recorrentes disputas e divergências que ocorreram por toda a década de 20 e seguintes, daquele século, colocaram em xeque certos valores que estruturavam a sociedade brasileira, evidenciando algumas demandas de segmentos da sociedade, como os trabalhadores e as mulheres que lutavam, desde longa data, pelo reconhecimento de seus direitos.

No campo feminino, foi constante a pressão do movimento de mulheres da elite, ao longo daquela década, para que fosse assegurado o direito ao voto às mulheres, questão que trilhou o mesmo caminho das lutas para a garantia de seus direitos à educação básica e universitária e ao exercício de profissões. Essas questões estavam em cena desde meados do século XIX,¹ algumas recorrentemente refutadas, no decorrer daquele século, até pelos

homens mais eruditos do país. O direito à educação, inclusive à educação universitária, somente foi garantido pela Reforma do Ensino realizada em 1879, mas ainda pautado por muitas restrições vindas de diferentes espaços do social, a começar pela falta de escolas que pudessem receber as jovens que quisessem estudar.

Em meio às resistências e preconceitos, aceitava-se que as mulheres poderiam receber uma educação voltada para atividades consideradas o prolongamento de suas atribuições domésticas, como educar as crianças, cuidar dos doentes, destinando-se a elas o magistério, a Enfermagem, entre outras profissões correlatas.

Os argumentos e objeções, inicialmente voltados ao tamanho diminuto de seu cérebro que evidenciava suas limitações intelectuais, deslocaram-se para aspectos mais sofisticados que envolviam seu papel primordial na estruturação e manutenção da família, indispensável para o bom funcionamento de todos os aspectos da sociedade. Com isso, admitia-se o seu direito à educação, já que era a formadora e educadora dos filhos e futuros governantes da nação, mas continuavam as objeções em relação ao desejo manifestado por algumas mulheres de exercerem outras profissões, valorizadas socialmente, como Medicina e Direito. O obstáculo apontado, nesse caso, era sua incapacidade para o aprendizado e para o exercício dessas profissões. Com isso ficava evidente que as barreiras legais haviam sido vencidas, mas não aquelas que se disseminavam no campo de atuação específica da profissão e no social.

Algumas mulheres, a partir de suas batalhas pessoais para o exercício de profissões almeçadas, como Medicina e Direito – entre outras – transformaram essas aspirações em algo maior, passando a combater os preconceitos existentes em relação à capacidade e potencialidade das mulheres para o exercício de qualquer profissão. Nesse processo, além do apoio paterno, foram pacientemente arrematando outras mulheres da elite em torno de revistas e, posteriormente, de associações femininas, para divulgar os ideais preconizados e ganhar aliados, visando à sua emancipação.² Mas as conquistas foram lentas e, ainda, nas primeiras décadas do século XX, era recorrente a idéia de que o lugar da mulher era o lar.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, o esforço dessas mulheres concentrava-se na luta pela sua formação e o direito de exercer qualquer profissão, o que implicava a dura tarefa de quebrar o monopólio masculino em muitas delas. Enfrentando ferrenhas objeções, a cada dia essas mulheres das elites e da classe média passaram a escolher para sua formação os cursos de Medicina, Advocacia, Engenharia, Arquitetura, Odontologia, Biologia, Farmácia ou, ainda, os considerados apropriados às mulheres. Correlatos a esse embate também passaram a submeter-se aos concursos públicos e a enfrentar as muitas objeções às suas pretensões.

Nessa luta, entre as diversas associações que emergem, destaca-se a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), criada em 1922 e liderada pela bióloga do Museu Nacional Bertha Lutz, que articula o movimento feminista em âmbito interno mas, também, articula-se com o movimento feminista internacional, notadamente o americano, visando o fortalecimento da causa emancipacionista feminina no Brasil,³ com ênfase na campanha sufragista.

Logo após sua criação, sintonizando-se com as celebrações do Centenário de Independência do país, a FBPF promove em 1922, no Rio de Janeiro, o Primeiro Congresso da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, o qual contou com a presença da líder feminista norte-americana Carrie Chapman Catt, que, na análise de June Hahner, “ficou muito impressionada com a situação do movimento sufragista brasileiro”. De volta aos EUA, a americana destacou, como avanço, o fato de o Brasil já ter em seus quadros “muitas mulheres médicas, dentistas e advogadas; muitas escritoras capazes, poetisas e pintoras; uma jovem e famosa aviadora; seis engenheiras civis; algumas mulheres engajadas no serviço químico do Departamento de Agricultura; e várias que eram bastante notáveis na ciência”.⁴

Entrementes, a bibliografia especializada insiste que, nessa década, ainda prevalece a perspectiva no sentido de reforçar na sociedade determinados papéis destinados às mulheres, ligados à imagem de provedora e de figura basilar na perpetuação de valores associados à ordem, à moral sexual e aos “bons costumes”.⁵

Deduz-se dessas dissensões, sobre a figura feminina e seu papel na sociedade, que o paradigma puritano, que anteriormente regia suas práticas sociais, não era mais hegemônico.

Essa fissura expressou-se com clareza durante o Carnaval, nas diversas representações que tematizaram o seu aparecer nos diferentes espaços desses festejos, sendo projetada ora expressando o modelo de recato, ora a síntese dos prazeres ilimitados e a inversão das regras que ordenavam o cotidiano.

Mesmo considerando essa clivagem, como pensar tal presença, se o seu aparecer nos espaços públicos estava entrecortado por interdições diversas? Como conciliar sua presença nesses festejos diante da perspectiva puritana que ainda prescrevia, como normas para sua conduta, uma postura de recato e reclusão ao lar e, juridicamente, sua tutela ao marido, apesar de já existir, o afrouxamento de certos costumes? Quais os espaços em que essa presença era bem aceita e quais os que eram proibidos?

Ora, se algumas interdições são visíveis em relação ao papel que as mulheres deviam ocupar na sociedade, também os vários sinais indicam com certa nitidez o desejo de mudanças. Além disso, o período singularizou-se pelo questionamento de valores e

pelo aparecimento de lutas diversas visando o reconhecimento de direitos, dentre eles os das mulheres em torno do voto e do efetivo exercício de profissões, muitas delas considerados privilégios garantidos apenas ao sexo masculino, como já mencionamos anteriormente.

Mas, se a presença feminina no comando dos festejos era questionada, quais eram as características dos espaços em que tais festividades aconteciam? Seriam eles exclusivamente masculinos? Isso não é uma questão resolvida. A bibliografia especializada, embora não seja unânime, indica-nos um caminho muito diferente para tal trajetória, na qual a mulher dos diferentes estratos sociais assumiu papel de pouco destaque nesses festejos. Era esperada dessa mulher, nos dias de folia, uma atitude comportada e absolutamente pautada nas regras do recato e do decoro, mesmo que fosse possível detectar mudanças nos valores que regiam a sociedade brasileira desse período.

Para encaminhar essa discussão, seria oportuno relembrar os locais por onde transitavam homens e mulheres, e as redes de relações que se estabeleceram no cotidiano desses sujeitos, notadamente durante as celebrações carnavalescas. Os vários indícios sugerem que os espaços nos quais aconteciam tais festejos – clubes, teatros, associações, grêmios recreativos, entre outros – atendiam a múltiplas atividades. Alguns deles estavam direcionados para atividades lúdicas. Outros, durante o ano, voltavam-se para eventos culturais ou políticos. A partir de janeiro, alguns desses locais sofriam verdadeira metamorfose ao direcionarem suas atividades para os preparativos carnavalescos. A produção de cenários, recriando temas míticos, alusivos aos festejos dos Dias Gordos, garantia o sucesso e sua divulgação pela imprensa. Nesse sentido, criava-se, na preparação desses espaços cenográficos, um clima de envolvimento daqueles que partilhavam com os seus pares os momentos de lazer e recreação, propiciados por esses circuitos que garantiam uma rede ampla, forjadora de múltiplas possibilidades de relações de convívio e de sociabilidades desejadas.

Os jornais da grande imprensa colocaram em evidência os clubes e teatros frequentados pela elite nesse processo. Essa cobertura redefiniu-se na década de 30, talvez porque a cidade de São Paulo, ao ganhar dimensão de metrópole, abrigava em seu interior outros setores sociais que passaram a pressionar pela ocupação desses espaços e, também, dos noticiários dos periódicos: jornais diários e revistas.

Entre os diversos cenários do acontecer carnavalesco, mais frequentados pelas mulheres de elite, ganharam projeção o Teatro Municipal, os clubes Sociedade Harmonia, o Trianon, na avenida Paulista, a Sociedade Hippica Paulista, o Club Athletico Paulistano, e os vinculados às colônias de imigrantes, tais como a Sociedade Portuguesa e o Circolo Italiano, entre outros.

Além desses espaços chiques, existiam ainda os clubes freqüentados pela classe média, geralmente localizados nos bairros – Lapa, Pinheiros e Brás, entre outros – ou, ainda, os teatros, cassinos, cinemas e hotéis.

Nesses locais “distintos” eram realizados bailes destinados exclusivamente à participação das famílias desses diferenciados segmentos sociais.

Já a participação das mulheres das classes populares ocorria nos bailes de seus clubes (a imprensa diária silencia quanto a esses locais populares), geralmente organizados pelas sociedades recreativas desses grupos, em salões alugados para tais fins e pelos blocos e cordões que, ao longo dos anos estudados, assumiram o papel daqueles.⁶ Tais agremiações tiveram origem nos anos 10 com a criação, em 1914, do primeiro bloco que a historiografia registrou: O G. C. da Barra Funda (Camisas Verdes). Em 1919, surgiu o G. C. Campos Elyseos, também desse bairro, e, no ano seguinte, o Lyra da Madrugada. Em 1930, apareceu o Cordão Esportivo Carnavalesco Vae Vae, no Bexiga. No decorrer dos anos 30, vários blocos emergiram, organizando esse segmento e ampliando, assim, as possibilidades e os espaços para sua exibição.

A comunidade branca, sem muitos recursos, apareceu organizada para esse evento, em 1927, integrando o “bloco” os Moderados, nos clubes esportivos populares, nas agremiações que estruturavam as comunidades residentes nos bairros mais afastados, como Lapa e Água Branca ou, ainda, nas associações que aglutinavam as diversas colônias de imigrantes.

Todos eles passaram a funcionar como pólos de aglutinação dessas comunidades no decorrer do ano, mesmo que alguns não possuíssem sedes próprias.

Havia ainda os bailes em espaços alugados para os festejos de Carnaval, muitos de iniciativas de senhoras e senhoritas dos vários segmentos sociais. Alguns deles, é bem verdade, eram exclusivos para os homens e, portanto, vetados às moças e mulheres de família, como o anunciado em 1929 para o Teatro Santa Helena, com exibição de nu artístico, a partir de 3h30 da manhã.⁷

Além dos bailes nos clubes e congêneres, os desfiles do corso nas avenidas principais mobilizaram o interesse e participação de mulheres da elite, dos setores médios e populares. Porém, tal participação acontecia em espaços distintos: o corso, de luxo, acontecia nas avenidas Paulista, Angélica e São João, e no Triângulo Central – ruas Direita, São Bento e Quinze de Novembro – e ruas adjacentes, mas ficava circunscrito aos segmentos da elite e seus satélites. Ao longo da década de 1920 esses desfiles carnavalescos das regiões centrais, aos quais acorriam os estratos abastados ou com alguns recursos, aconteciam sob rígido controle da polícia, para evitar a presença de intrusos.

Já o “popular” era realizado nas avenidas Rangel Pestana e Celso Garcia, no Brás. Havia ainda o desfile dos “Camisas Verdes” pelo bairro da Barra Funda que, desde 1914, ano de sua criação, percorreu as ruas do bairro no sentido da praça da Sé, local de sua finalização. A grande imprensa só mencionou sua existência no final dos anos vinte.

No final dessa década, os estratos médios e remediados da população foram incorporados aos referidos folguedos, sob os protestos dos segmentos endinheirados mais tradicionais, que perderam o interesse por esses desfiles, devido ao seu caráter “misturado”.

Mas, qual era a real inserção da mulher nesses festejos? Nas pesquisas sobre o tema, embora os textos mais extensos sejam artigos ou capítulo de livro, mesmo assim há indicações sobre os diversos papéis assumidos pela mulher, de diferentes estratos sociais, nessas festividades. Maria Isaura P. de Queiroz informou-nos que, a partir de 1850, com a introdução do Carnaval burguês, a mulher da elite passou de personagem principal para coadjuvante nessas festividades, ao contrário do que ocorria até meados do século XIX. Enquanto prevaleceu o Entrudo, a participação dessa mulher da elite foi significativa na organização e efetivação dos festejos dos Dias Gordos, tendo a casa como núcleo da folia. Ela, além de organizar e cuidar dos preparativos da comilança, era a figura de destaque nos jogos, quase sempre tomando as iniciativas dos ataques que seriam desferidos nas batalhas de água ou de farinha. Na interpretação da autora, essa presença ativa da mulher da elite (casada ou solteira) no Carnaval sofreu alteração significativa a partir de 1850. O seu lugar nas brincadeiras e nos préstitos das agremiações – que eram clubes masculinos – foi ocupado pelas cocotes e “moças alegres”, geralmente artistas, que se exibiam nas avenidas, luxuosamente vestidas, como destaques dos carros alegóricos dessas agremiações e, também, nos demais bailes.

Essa alteração, na concepção de Queiroz, traduziu igualmente o deslocamento dos espaços dos festejos dos Dias Gordos. Ou seja, a casa cedeu lugar à rua e, com isso, trouxe os sentimentos de perigo e proteção que prevaleceram como precondição para sua participação nesses eventos. Em decorrência, a presença dessa mulher de família (da elite) nos eventos do Carnaval elegante de rua ficou subordinada à proteção que podia ser oferecida pelos membros da família, ou de suas relações de amizade, para enfrentar os “perigos” que constituíam a rua e a “multidão” das grandes cidades. Mesmo assim, sua presença foi notada nos desfiles do corso e nos bailes dos clubes fechados destinados às famílias burguesas, como admitiu Queiroz.

A defesa de tal tese não é consensual na historiografia. Talvez ela possa ser aplicada a um período muito curto e, por isso, sua generalização deva ser relativizada, pois já nos anos trinta do século XX as pistas diversas sinalizam maior flexibilidade e a incorporação aos folguedos de rua de setores femininos pertencentes tanto às famílias endinheiradas quanto às populares.

Além disso, a documentação e as fotos do período chamam nossa atenção para a participação feminina nas diferentes modalidades das festividades de Momo. A questão é saber qual o significado dessas representações. Por que a mulher, embora elemento subordinado no âmbito dessa sociedade, ganhou notório espaço nessas elaborações carnavalescas, se a literatura especializada qualificou sua presença igualmente submetida aos mesmos padrões?⁸

Ora, tal tese merece ser repensada, considerando-se o envolvimento das famílias nas mudanças e a rápida absorção por elas dessas alterações em curso. Tanto isso é verdade que os jornais se empenharam nessa busca de adesão dos setores sociais – considerados os guardiões da moral e dos bons costumes – às modificações das festividades de Momo.

Entre os segmentos populares, essa participação foi restrita, afirma Queiroz. No período em que prevaleceu o Entrudo, o envolvimento da mulher popular ou escrava nesses folguedos restringiu-se à tarefa de executar os preparativos destinados à sua realização. No caso das escravas ou escravos, apenas tinham a possibilidade de participar dos jogos do Entrudo nos momentos em que iam buscar água nas fontes, para abastecerem as residências de seus senhores, e o envolvimento com essas brincadeiras ficava circunscrito ao seu segmento social, uma vez que era inadmissível partilhar desses jogos com os senhores da elite, embora fossem alvos de suas brincadeiras.

A interpretação aludida foi posta em questão por vários autores que enfatizaram ser uma prática generalizada também entre os escravos.⁹ Penso que a reflexão de Queiroz está levando em consideração as várias interdições existentes relativas aos escravos que fossem flagrados brincando esses folguedos. Como não eram homens livres, estavam sujeitos às penalidades previstas em lei – os açoites – situação lembrada por Leonardo Pereira, em seus estudos sobre o Carnaval carioca das décadas finais do século XIX e início do século XX.¹⁰ Ora, se tais imposições legais colocavam em dúvida a “tolerância” das elites em relação aos seus escravos, elas não esclarecem até que ponto as ditas interdições eram postas em prática.

Já no período seguinte – do Carnaval burguês – Queiroz identificou a existência de dois carnavais: O Grande e o Pequeno Carnaval, em cuja fase a mulher, tanto de elite quanto das classes populares, foi relegada à condição de coadjuvante nesses festejos. No caso da mulher popular, coube a ela apenas o papel de mera espectadora, uma vez que nesse tipo de festejo, pelas exigências requeridas de luxo e demais pré-requisitos para sua participação, apenas participavam os segmentos médios e das elites.

Partilhando da mesma interpretação, Olga Von Simson, ao analisar o Carnaval paulistano entre os anos de 1850 e 1960, assumiu que a participação da mulher nesses festejos foi

limitada. Ao longo dos anos vinte e trinta, sua presença foi considerada insignificante, mesmo no Carnaval popular – ou no Pequeno Carnaval –, embora ela fosse um dos suportes de todos os festejos.¹¹

Considerando essas afirmações, caberia perguntar como as mulheres chegaram ao Carnaval de rua se, após as mudanças de meados do século XIX, elas “perderam a primazia” de sua organização e condução, como afirmam as autoras?

Essa é uma questão que precisa ser pensada de forma mais pontual pela historiografia. A hipótese trabalhada neste texto é a de que o deslocamento da mulher burguesa do interior da casa para a rua, e a partilha do espaço público com outros estratos femininos – podendo haver entre eles mulheres de reputação duvidosa – propiciaram a busca de diferenciação na sua maneira de brincar o Carnaval.

Além disso, aceitar a periodização proposta é assumir uma hierarquização desses festejos, que pouco esclarece sobre os múltiplos palcos de seu acontecer e não permite perceber os diversos sentidos atribuídos pelos foliões às brincadeiras em que se envolvem durante essas celebrações.

A interpretação das autoras merece um outro aporte considerando-se que a mulher (da elite ou popular), mesmo que não fosse o elemento organizador e participativo que predominou anteriormente, assumiu um outro papel nesse processo, a partir dos anos trinta. Ficou evidente nessas análises a falta de percepção sobre as mudanças em curso, que redefiniram a inserção diferenciada do gênero feminino na sociedade brasileira.

Corroboram ainda essas inferências as conclusões de análises historiográficas mais recentes, cujas divergências são marcantes em relação àquelas interpretações. As reflexões de Rachel Sohiet, por exemplo, indicam uma outra trajetória de inserção da mulher nesses festejos, embora admita que, nas décadas de 20 e 30, ainda recaíam sobre as mulheres uma forte carga de pressões acerca do comportamento desejado – pessoal e familiar – visando sua “adequada inserção” na nova ordem que se projetava para o país. Ora, tais projeções nem sempre correspondiam aos desejos e às ações dessas mulheres, que colocaram na ordem do dia o direito à educação e a uma profissão, acenando para sua independência financeira como uma garantia para sua autonomia, independentemente da origem social.

Analisando ainda o material coletado nas diferenciadas fontes, percebemos que a presença de mulheres de diferentes segmentos sociais nos bailes de Carnaval, nos desfiles das sociedades carnavalescas e nos bailes realizados em teatros e clubes sofreu algumas alterações.

Entre os estratos femininos de elite, essa participação pode ser aferida nas festas organizadas sob o seu comando, promovidas pelo Clube Harmonia (um clube organizado por mulheres), e nas fotos publicadas nas revistas de variedades que circularam no período, como *A Cigarra* (SP), muitas delas produzidas especialmente para o periódico.

Já as notícias sobre a participação das mulheres de origem popular, embora mais escassas, também indicaram um envolvimento efetivo nesses festejos. As mulheres negras, por exemplo, integravam os desfiles do cordão G. C. Barra Funda desde 1922, compondo a ala das famosas amadoras. Ou, ainda, apareceram como destaque dos desfiles, na condição de porta-bandeira dos diferentes cordões que foram criados ao longo dessas décadas. Em 1927, o jornal *O Estado de S. Paulo* descreve o desfile do rancho Mimoso Girasol, formado por “umas 40 mocinhas de cor, vestidas a Luis XV, cabeleira algodoada que cantavam em coro uma musiquinha embaladora“, e encenavam em coreografia própria, o enredo que fazia parte de sua proposta em exibição.¹²

Ainda no Carnaval de 1927, o mesmo jornal noticia a passagem em frente ao seu jornal do Grupo dos Caprichosos do Belemzinho, formado por moças e rapazes (provavelmente brancos) e originários de setores populares.

No início da década de 30, as mulheres apareceram como membros de diretorias de agremiações carnavalescas,¹³ como no caso do G. C. Campos Elyseos ou, ainda, desempenhando um papel importantíssimo de comando, como dona Cecília, considerada a verdadeira dirigente dessa agremiação pelos sambistas Sebastião E. Amaral (Pé Rachado), do Vae Vae, e Inocência Tobias, do G. C. Barra Funda.

Igualmente, organizaram blocos, como o das Bahianas Paulistas, que também era conhecido como Bloco das Bahianas Teimosas, conforme noticia o jornal negro *Evolução*.¹⁴ Esse bloco passou a desfilar, entre 1933 e 1934, no Carnaval paulistano, sob o ritmo do samba, tal qual já ocorria desde fins da década de 20, no Rio de Janeiro. Era um bloco de mulheres, integrado, entre outras, por Jovina, Eunice, Nair e Índia do Brasil, que foi uma estrela da Companhia Negra de Revistas. A ele juntaram-se alguns rapazes, como Alcides Marcondes e Chico Pinga,¹⁵ que cuidavam da bateria e do acompanhamento musical voltado para o samba.

Tal bloco, segundo Wilson de Moares, era composto de pouco mais de vinte pessoas. Em seu acompanhamento musical destacava-se o conjunto “choro” e alguns instrumentos de couro, notadamente o surdo. Ainda, de acordo com Moraes, “a responsabilidade da dança cabia exclusivamente às mulheres, ficando o ritmo inteiramente à cargo dos homens”. Seu ponto de localização era a rua Tamandaré, na Liberdade.¹⁶

Se sua presença foi notada e ganhou realce nas diversas representações, parece que isso não significou rupturas marcantes e ousadas no vestuário. Nos trajes usados durante o Carnaval, percebemos uma postura bastante comportada das folionas da elite paulistana. Mesmo as fantasias mais ousadas apenas insinuam leves violações em relação aos costumes da época.

Essa idéia não é consensual entre os autores. Insiste Rachel Soihet que os valores que celebravam os prazeres da libido, até ali adstritos ao sexo masculino, estavam cada vez mais colocados em xeque, tal era a insistência dos cronistas em divulgar as transgressões de mulheres que, na ausência de maridos e noivos, caíam de forma desregrada na folia, embora o epílogo fosse a punição severa das transgressoras.

Isso significava a continuidade do controle sobre suas condutas, o que nem sempre impediu que aflorasse, de forma cada vez mais explícita, o erotismo entre as classes populares e também nos demais segmentos sociais. Na acepção dessa autora “havia uma crescente determinação entre as mulheres de dar vazão a seus desejos, que no carnaval, momento tradicional de liberação, encontravam um ambiente propício a sua plena manifestação”.¹⁷

Para avaliarmos os significados dessas mudanças, alguns registros fora dos espaços desses festejos permitem precisar o alcance de tais cissuras nem sempre bem recebidas pelos contemporâneos.

No início dos anos trinta Jorge Americano, assinalou que algumas modificações haviam sido introduzidas no vestuário feminino, demarcando um perfil fino, elasticidade nos movimentos e no encurtamento das saias, pouco abaixo dos joelhos. As calcinhas de baixo, igualmente, haviam encurtado e se tornado justas. Os espartilhos haviam sido abandonados, deixando os seios livres, o que só ocorreu totalmente com a introdução do “soutien-gorge”. Os cabelos também haviam sofrido modificações: em vez de cabelos longos, presos à nuca, agora eram curtos. Essa projeção de leveza foi acompanhada pela modificação na aparência, sendo permitido às mulheres o uso de maquiagem, no início bem leve e, em seguida, mais acentuada: batom na boca inteira e ruge em tom um pouco mais forte.¹⁸ Observou Americano:

Desde 1925 as moças, no verão, já vestem estampados decotados. Por esse tempo usam “saia plissées” e “sweaters”, de tricô, no inverno; uns anos mais, começarão a fumar nos interiores. E muito, muito tempo depois, fumarão dirigindo automóvel (...)

A moda de andar sem chapéu foi introduzida aos poucos. Começou por saírem de casa as moças, em cabelo, levando na mão o chapéu, para “parecer bem”.¹⁹

Tais mudanças, contudo, já eram perceptíveis em esferas mais amplas da sociedade e até qualificadas de forma preconceituosa. Em 1926, por exemplo, o jornal *O Estado de São Paulo* já sinalizava para algumas modificações em curso, como o corte do cabelo, o uso de pintura (como o ruge), e acentuava a masculinização crescente da mulher, decorrente da incorporação de hábitos considerados próprios do gênero masculino, tais como: o uso da gravata, o cigarro e o corte do cabelo. No caso do cigarro, o jornal atribuía a ousadia ao

Carnaval, embora admitisse que já era corrente na Europa. Dizia o jornal: “em virtude da profusa distribuição de cigarros Esplanada durante os festejos de Momo assistimos a passagem de senhoras e senhoritas ostentando fumegantes os deliciosos cigarros, que lhes completavam as fantasias a George Sand, Madame Pourtalés e Imperatriz Eugenia”.²⁰

Mas, a dúvida instaurada seria se os novos invólucros traduziam práticas sociais correspondentes. E, ainda, o desafio de pensar o seu alcance.

As indicações, também nesses casos, sinalizam para mudanças que poderiam ser consideradas relativas. Se os costumes no jeito de trajar haviam sofrido alterações, isso não sinalizava para ousadias nas roupas, além desses limites, durante o Carnaval. Pelo menos era o que sugeriam as fantasias usadas por essas folionas, nos corsos das avenidas e, também, nos bailes dos clubes espalhados pela cidade, cuja propaganda veiculada pela imprensa enfatizava o seu caráter familiar, mesmo que houvesse alguns com propostas mais arrojadas que, certamente, estavam fora daquele circuito. Nos anúncios e matérias de divulgação dos eventos eram expressos os horários de início e de finalização dos bailes e, também, os trajes exigidos, com destaque para aqueles que não seriam permitidos aos foliões. As proibições voltavam-se para fantasias que expunham a nudez do corpo, fosse ela feminina ou masculina.²¹

Os cronistas do período, sempre atentos, assinalaram, aqui e acolá, mudanças nas práticas cotidianas que regiam as relações sociais na sociedade paulistana. No dia-a-dia de homens e mulheres, novos hábitos foram adquiridos e, no início dos anos trinta, novas práticas apontavam diferenciações em relação aos anos iniciais da década de 20. Jorge Americano²² assinalava o afrouxamento da vigilância familiar em torno das jovens. Em vez do namoro a distância, por meio do costume de postar-se à janela às tardes, e nos clubes, com a exigência de acompanhantes familiares nas conversas com rapazes, as jovens passavam a ter um contato mais direto com eles. No primeiro caso, essa alteração deu-se graças às mudanças de hábitos decorrentes da alteração do horário noturno das refeições e, também, das modificações das residências que, ao introduzir o recuo e jardins, com a entrada coberta por trepadeiras, dificultou a visão da rua, reduzindo assim o campo visual para o namoro de rua. No segundo caso, o cronista atribuiu a flexibilidade dos costumes à mudança de atitude dos pais. Na passagem que se segue de seu texto ele afirma que “a liberdade maior que se deu às moças fez com que elas se reunissem à tarde em grupos para passear nas calçadas, de braços dados. A esses grupos aderiram os rapazes, modificando por inteiro o tipo de namoro de rua, à distância”²³. A mesma tolerância acontecia nos clubes, podendo os rapazes aproximar-se das moças, longe da presença das mães, mesmo que sob o seu olhar vigilante.

Essas mudanças também ganharam visibilidade no lazer. Entre as diversões costumeiras do período, as práticas de esportes, as excursões e piqueniques, os bailes e a ida ao cinema constituíram-se nos eventos que garantiram a ampliação da sociabilidade e do convívio às moças de família.

As mulheres das elites tinham ao seu dispor, nos muitos clubes que freqüentavam, várias modalidades de esportes. Os registros historiográficos assinalam a natação, o tênis, a ginástica e equitação, como modalidades apropriadas a esse sexo. A natação e o tênis são exaltados pela revista *Sports*, em janeiro de 1920, como práticas esportivas que se adequavam de forma singular ao sexo feminino, afirmando que “o tênis é incontestavelmente, um dos esportes mais apropriados para a educação física feminina”, embora nas competições os homens levassem vantagem por terem mais força. Já a natação propiciava ao sexo feminino uma identidade maior, uma vez que “a arte de saltar na água e mergulhar, são muito mais ‘femininas’ do que quaisquer outros esportes”, associando ao próprio esporte atributos femininos como: graça, intuição do ritmo e da harmonia e inconstância. Esse posicionamento, na percepção de Mônica Raisa Schpun, “serve muito mais para reforçar essas qualidades femininas do que para aproximar homens e mulheres na prática esportiva”.²⁴ Se as intenções são essas, não podemos deixar de mencionar que tais práticas também ampliam suas relações de convívio longe dos olhos e do controle familiar.

Além das práticas esportivas, as praias igualmente passaram a ser freqüentadas por esse segmento e pela população em geral. Informou-nos Jorge Americano que “a fluência às praias era pequena durante o ano e muito grande nas férias de inverno. Aos domingos, iam multidões de São Paulo, que faziam piqueniques, jogavam futebol e bola ao cesto e voltavam à tarde”.²⁵ Dizia ainda o autor que “nas praias já se tomava sol (que antigamente fazia mal). Roupas de banho com saiate curto, sem mangas; depois maiôs, depois o tamanho dos maiôs reduziram-se”.²⁶

Examinando outro tipo de conjunto documental como, por exemplo, a cobertura dos jornais da grande imprensa e as fotos coletadas, a partir das publicações de *A Cigarra*, entre os anos de 1922 e 1931, ou ainda a revista *Fon Fon* (RJ), foi possível perceber outras dimensões do universo de preocupações que orientou o imaginário social dos foliões dos anos vinte e trinta, particularmente suas percepções acerca da presença da mulher nesses festejos. Em alguns pontos elas se aproximam das crônicas de Jorge Americano, mas, em outros, houve um afastamento claro em relação às suas interpretações.

Com isso, fica claro que, embora as saias tenham encurtado, não significou a ousadia no uso de fantasias que privilegiassem o desnudamento do corpo, mesmo que apareça a proibição expressa, em mais de uma ocasião, aos “trajes de índios” e às fantasias de papel.

A busca do “erotismo” expresso nas fantasias era muito sutil, situação que traduzia as balizas existentes no âmbito da sociedade do período, e que eram igualmente aceitas pelas famílias, por demarcar “os limites” para as mudanças em curso.

A virtude, o recato, a pureza e a inocência (=ingenuidade) eram valores que a sociedade, a partir de instituições como a Igreja e o Judiciário, entre outras, tentou impor à mulher, em troca de proteção espiritual e jurídica até bem recentemente. A garantia desse amparo pressupunha a família – sem distinção de classe – zelar pela moral dessa mulher, de diferentes maneiras. Para tanto, exigia-se, por exemplo, o rígido controle sobre o namoro das moças solteiras e, também, de seus movimentos. O prescrito era que a moça de família (honesta) deveria sempre andar acompanhada e, se tinha namorado, esses cuidados deveriam ser redobrados. Essa prática já começara a cair em desuso ao longo da década de 20 desse século, apesar de os juízes em décadas posteriores ainda estarem considerando esses aspectos para desabonar, em situações de litígio, suas condutas.

Tais limites estavam respaldados por prescrições rígidas do Código Civil, de 1916, que subordinava a mulher à tutela do pai ou do marido, cerceando seus movimentos, inclusive impedindo-a de qualquer iniciativa de dedicar-se aos estudos ou ao trabalho fora de casa, em que pese a Reforma do Ensino de 1879 ter garantido o seu direito à educação. Essa situação perdurará por longo tempo, notadamente entre os segmentos médios e de elite, embora as pressões – inicialmente individuais e, posteriormente, em grupo – visando mudanças tenham sido recorrentes desde os anos cinquenta do século XIX, como nos lembra June Hahner.²⁷ Apesar disso, os indícios sinalizam para a presença na cena brasileira de uma “nova” mulher provocando acirrada polêmica nos órgãos de imprensa, conforme informam Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, no texto “Reconditos do mundo feminino”.²⁸

Mesmo reconhecendo o caráter geral dessas leis – Códigos Penais e Civil – as reflexões de Marina Maluf, Maria Lúcia Mott e Monica Velloso²⁹ admitem que a mulher de origem popular havia conquistado a liberdade de deslocamento nos espaços públicos desde o século XIX, exercendo outros papéis sociais em sintonia com as atividades variadas que passaram a executar, diferentemente das mulheres dos estratos médios e de elite, que eram pressionadas para sempre andarem pelas ruas, devidamente acompanhadas, situação que traduzia os limites de sua inserção no espaço público e, também, das mudanças em curso, sinalizando que ainda predominava a perspectiva que as reduzia à condição de figuras de exibição do poder econômico de seus maridos e de promotoras de eventos filantrópicos.

Mas, na virada da década de 20 do século passado, os sinais dessas alterações já eram mais visíveis em termos políticos e das relações sociais. A busca e a defesa por alterações relativas ao exercício de profissões que ficavam adstritas ao beneplácito do pai ou marido, conforme prescrições do Código Civil de 1916, tornaram-se recorrentes nos discursos das

mulheres de elite, aliados à campanha pelos direitos políticos. A concretização desses esforços foi alcançada no início dos anos trinta com a indicação, em 1932, da bióloga e militante feminista carioca Bertha Lutz e da advogada mineira Nathercia Silveira, igualmente engajada na causa pela emancipação da mulher, para participarem da elaboração do anteprojeto de Constituição encaminhado à Assembléia Nacional Constituinte de 1933/34, e da eleição da médica paulista Carlota Pereira de Queiroz, como deputada àquela Assembléia.³⁰ Essas mudanças traduziram-se no deslocamento nas posições da mulher da elite, na sociedade brasileira, embora as pressões e controle sobre suas condutas, nos diferentes aspectos que envolviam a sua sociabilidade, ainda fossem efetivos.

Contudo, esse processo de mudanças processou-se de forma bastante lento, uma vez que as pesquisas que analisaram os “crimes de sedução”,³¹ dos anos quarenta aos setenta do século passado, depararam-se, ainda, com as imposições de “recato”. Para que a lei se constituísse em elemento de proteção à mulher, esta deveria demonstrar ser merecedora, evidenciando por meio de provas materiais sua adequação ao modelo preconizado nos Códigos Penais em vigor no período (Códigos de 1890 e de 1940), se quisesse recuperar sua honra e a de sua família. Essa mesma literatura apontou que o rompimento desses rígidos preceitos implicava outros enquadramentos, que iam desde sua qualificação como mulher “devassa” e “mundana” (=prostituta) à figura portadora de alguma enfermidade mental,³² se seu comportamento fosse considerado inadequado aos padrões impostos pelos Códigos Penais. Em algumas situações os juízes interpretaram a lei de forma excessivamente rigorosa, desconsiderando o anacronismo de algumas práticas. Em conseqüência, exigiam das famílias rígida vigilância e comportamento exemplar das jovens, se quisessem a proteção da lei. A fuga a esses enquadramentos indesejáveis passava por uma conduta irrepreensível – andar acompanhada, não rir alto, não freqüentar bailes noturnos, vestir-se de forma recatada – e legitimada socialmente.

Esse modelo puritano de comportamento, além das implicações apontadas, igualmente colocou interdições diversificadas ao corpo. O seu “embelezamento” nem sempre foi aceito com agrado por esses setores preocupados com a “moral” e os “bons costumes”.³³

Mas, a rigidez e as expectativas de enquadramento da mulher nesse modelo de conduta, marcado pela ingenuidade e submissão ao homem, não impediram que as pressões no sentido do abrandamento dos ditos costumes emergissem e fossem cada vez mais recorrentes, como já assinalamos anteriormente. Junto com o afrouxamento das regras de comportamento presenciamos o surgimento de outros papéis assumidos pelas mulheres.

Entre os anos vinte e quarenta, de fato, houve significativos deslocamentos da presença de mulheres, em geral, de seus espaços costumeiros de práticas sociais. As mulheres da elite, por exemplo, deslocaram-se dos salões para outros espaços, tornando-se mais

freqüente sua inserção em atividades de natureza pública. De figuras decorativas e de exibição (do poder econômico do homem), ou promotoras de eventos filantrópicos, elas migraram para os campos da militância política, das letras e das artes, colocando em xeque as expectativas vigentes, relacionadas aos valores da tradição. Esse movimento teve início com a conscientização de algumas mulheres, no decorrer do século XIX e primeiras décadas do século XX, que lutaram para retrair a trajetória da mulher brasileira, arrancando-a dos espaços do mundo privado aos quais estava confinada. Esse caminho foi redesenhado ao longo do processo de lutas para garantir o direito à educação e ao exercício de profissões, considerado por essas mulheres a pré-condição para a conquista de sua cidadania plena. Nessa trajetória, várias mulheres que ousaram pleitear o acesso a profissões consideradas redutos do sexo masculino, como Medicina e Direito, na interpretação de June Hahner, encabeçaram posteriormente a luta pela emancipação da mulher, criando imprensa própria e associações, com o objetivo de aglutinar as mulheres que lutavam pelos mesmos ideais. A partir daí, conseguiram montar uma rede de comunicação pelo vasto território nacional, que serviu de elemento aglutinador dessa luta.

Dentre elas destacaram-se a advogada Mirtes de Campos que abriu caminho para outras mulheres, as médicas Rita Lobato e Ermelinda Lopes de Vasconcelos, a bióloga Bertha Lutz, a engenheira civil Carmem Portinho, a escritora Júlia Lopes de Almeida, Maria de Moura Lacerda, a jovem aviadora paulista Anésia Pinheiro Machado, entre outras, que fizeram de suas escolhas pessoais exemplos de luta e de possibilidades de conquistas para as demais mulheres. Ao seu modo, juntaram-se a elas Anita Malfatti e Tarsila do Amaral que marcaram o debate no âmbito das artes plásticas e do grupo de modernistas brasileiros, nos anos vinte e trinta, com intensa e significativa produção. Nas letras destacam-se várias mulheres. Na década de 30, Raquel de Queiroz, com o romance *O Quinze*; Maria Lacerda que rediscute o papel da mulher em seus escritos e Cecília Meirelles aparece em cena com sua poesia. Na política, Patrícia Galvão, jornalista e escritora, participa intensamente de atividades políticas desenvolvidas pelos comunistas, no meio operário. Em 1933, em função dessa militância, publica *Parque industrial*. Em mais de uma vez, é presa como uma decorrência desses compromissos; a carioca Bertha Lutz (RJ), a advogada mineira, Nathércia Silveira e a paulista Carlota de Queiroz (SP) participam dos trabalhos da Constituinte de 1933/34,³⁴ como já assinalamos anteriormente. As duas primeiras integraram a Comissão que elaborou o anteprojeto de Constituição, e a segunda foi eleita por São Paulo deputada para integrar a referida Assembléia. No âmbito das classes populares, embora elas sempre estivessem no mercado de trabalho, sua presença nos salões e em quadros dirigentes de entidades começa a aparecer, sinalizando para a ocupação de outros papéis sociais.

As mudanças assinaladas significam igualmente rupturas no âmbito dos valores? Até que ponto suas ações cotidianas estavam pautadas por regras mais flexíveis? Em suas relações amorosas, as possibilidades eram as mesmas vivenciadas pelos homens?

As respostas a essas questões são bastante difíceis, embora alguns indícios sugiram posturas que apontam em múltiplas direções. Durante os Dias Gordos, as diferenciadas representações desvelam que a busca dos prazeres da libido era uma preocupação não só dos homens, mas também das mulheres de todos os estratos sociais, mesmo considerando que as análises sinalizem para inserções distintas dessas mulheres no espaço público e nas vivências da sexualidade que são apresentadas ora recobertas de recato, ora fora dos padrões requeridos.

Assim, convivendo com esse universo múltiplo que indica, por um lado, maior flexibilidade dos costumes e, por outro, a permanência de valores considerados anacrônicos e excessivamente rígidos para a sociedade atual, a discussão de seus limites parece ser relevante, para acompanharmos os valores presentes nas diferentes percepções que formavam o perfil dos paulistanos do período. São várias as crônicas que insistem nessa permissividade e afrouxamento das regras e normas de convívio, permitindo maior flexibilidade nas diversas brincadeiras que envolvem as relações entre homens e mulheres durante o Carnaval. Alguns desses cronistas queixam-se do despudor de mocinhas de família que aceitam de rapazes atrevidos as apalpadelas e beliscões nas pernas e braços, sob o olhar complacente e permissivo de seus pais. Essa mesma postura é descrita nos romances do período, que “denunciam estarem sendo bolinadas as moças de família”, dos segmentos populares e das elites, por rapazes inescrupulosos, sob o olhar complacente de seus familiares.³⁵ As críticas apontadas sugerem a possibilidade de ruptura dos antigos padrões de sexualidade, já que o recato passara a fazer parte do passado.

Na trama de *O país do Carnaval*, Jorge Amado evidencia que a permissividade atravessa os diferentes espaços, insinuando-se as mesmas possibilidades de prazeres, tanto às moças de famílias das elites quanto às das classes populares brancas, mulatas e negras. Nos salões, as regras do recato e do bom comportamento haviam sido abolidas. Paulo, a personagem, percebe que em volta todos se beijam e se apalpa, tal qual ele beijava e apalpava “a moça de família” que seguira. Nas ruas, as regras não eram tão distintas daquelas que vigoravam nos salões. Essa foi a impressão que teve ao sair do baile.

O batuque e o chamamento aos prazeres da libido expressavam-se, de forma contundente, também na rua, ignorando as regras da moralidade e do decoro públicos. (Era Carnaval e a norma era quebrar as convenções, assim pensavam os foliões.)

A personagem integrou-se ao grupo de foliões que passou sambando, incitado pelos desejos despertados pela sensualidade visual do folgado.

(mulatas) cor de canela, seios quase à mostra, requebravam-se voluptuosamente, em delírio. Paulo viu ali todo o sentimento da raça. Viu-se integrado ao povo. Caiu no samba a berrar: *Dá nela... Dá nela...* (cantando a marchinha em voga).³⁶

Esse incitamento ao prazer logo foi correspondido.

Uma mulata gorda deu-lhe uma embigada. Agarraram-se a dançar no passeio. Até os sujeitos que tocavam violão sambavam numa alegria doente de quem só tem três dias de liberdade. (...) (beijaram-se). Paulo sentia-se integrado na alma do povo e não pensou que aquilo era somente durante o carnaval quando todos, como ele fizera durante toda a sua vida, se entregavam aos instintos e faziam da carne o deus da humanidade.³⁷

Mas até que ponto é possível extrapolar essas representações para situações efetivamente vividas?

Maria Odila L. da Silva e Mônica Velloso observam que as mulheres das classes populares vivem uma situação particularizada em decorrência de sua inserção no mercado de trabalho, o que lhes permitiu maior desenvoltura e liberdade de movimento, pois elas, desde o século XIX, passaram a desenvolver atividades profissionais no mercado formal de trabalho (fábricas) e, também nas ruas, como quitandeiras e vendedoras ambulantes. Essa situação foi constatada tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo.³⁸ Dentre esse segmento, as mulheres negras desempenharam um papel peculiar, considerando que elas ou compunham o contingente de serviços domésticos ou estavam envolvidas em atividades informais, como lavadeiras e vendedoras de quitutes nas ruas. Destacam-se, entre elas, “as tias bahianas” que ocuparam as “esquinas” ou os “pedaços”, cuja significação vai além de um simples negócio. Muitos deles funcionavam como “locais de referências e de contatos para o grupo (no caso, os migrantes negros vindos da Bahia), ajudando-o a integrar-se na cidade grande”.³⁹ As “tias bahianas”, já no período após abolição, teriam assumido, no Rio de Janeiro, o papel de demarcação da identidade do grupo pela rede de relações que as mesmas constituíram, ao transformarem os seus “espaços de trabalho”, na rua ou, ainda, sua casa, em locais de referências múltiplas: afetivas, de trabalho e político-culturais.

Rachel Soihet⁴⁰ insiste que essas mulheres vivenciavam maior liberdade em suas práticas sociais como uma decorrência das normas e valores próprios de sua cultura, sugerindo que elas tinham o domínio sobre seus desejos e sexualidade e não apenas de movimento, em função de sua inserção no mercado de trabalho. Tais reflexões apóiam-se nas descrições dos viajantes estrangeiros, do século XIX, e nas crônicas dos jornalistas, do século XX, sobre as práticas lúdicas carnavalescas em que essas mulheres estavam envolvidas, realçando seus poderes de sedução que extravasam as fronteiras raciais e de classe. São “mulheres de tez queimadas que requebram como gatos, felinas e maliciosas, tentando

branco e preto, louro e moreno, dançando e rodopiando”.⁴¹ Essa mesma representação aparece no romance de Jorge Amado, *O país do carnaval*, no qual o autor explora a sensualidade exibida pelas mulheres negras ou mulatas. Em seus requebros elas insinuam-se ávidas por prazeres, atraindo homens de todas as cores.

Na interpretação de Soihet, isso significa que “as mulheres pobres viviam sua sexualidade de forma distinta daquela que se pretendia homogeneizar para todas as classes”.⁴² Porém, essa questão também tem seu revés, mesmo que os envolvidos nem sempre discutam os limites dessas liberalidades.

Em São Paulo, os sambistas, em registros diversos – na imprensa, em memórias e depoimentos a pesquisadores – embora não abordem essas questões, mostram preocupações com as condições para participação de suas mulheres nos folguedos ao longo dos anos vinte. Insistem que a integração delas aos desfiles dos blocos, pelas ruas da cidade de São Paulo, somente ocorreu quando houve condições de segurança. Ou seja, quando a polícia permitiu a passagem dos blocos, e as disputas entre os grupos rivais mantiveram-se sob controle dos organizadores dos desfiles.

As diversas pistas encontradas na documentação apontam, já nos anos vinte, a presença marcante da mulher no Carnaval de rua, integrando os cordões existentes, como foi o caso do G. C. Barra Funda, que tinha a ala das amadoras desde 1922. Nessas agremiações elas inauguram a função de porta-bandeira nos seus desfiles oficiais. Além disso, participam ativamente das festas realizadas em seus clubes, disputando os concursos de fantasia, ou organizando elas mesmas bailes para os amigos e grupos de convívio. No início dos anos trinta, passam a integrar as diretorias das entidades a que eram filiadas⁴³ e, ainda, a formar e a dirigir cordões carnavalescos.

A partir dessas evidências, como pensar o erotismo e a sensualidade dessas mulheres que, a partir de suas danças, foram exaltadas por cronistas nacionais e estrangeiros? Mesmo que isso aconteça, penso que, se considerarmos o fato de os blocos e cordões em São Paulo serem estruturados a partir do núcleo familiar e de amigos próximos, os requebros e os gingados de suas danças, considerados libidinosos e eróticos pelos cronistas e autoridades públicas, não são evidências suficientes para atestarem sua liberação sexual. Em São Paulo, a união entre a *dança* e o *batuque do samba* só ganhou a rua entre 1933 e 1934, com o cordão Bahianas Paulistas (também chamado de Bahianas Teimosas), diferentemente do que ocorria antes entre as agremiações do gênero, nas quais predominava a marcha sambada, que não permitia as mesmas *performances* oferecidas pelo samba.

A estrutura desses blocos e cordões leva a crer que essas exhibições não se constituíam em “perigos adicionais” a essas mulheres, pela proteção que desfrutavam no próprio grupo em decorrência de suas características específicas, centradas na família e amigos próximos.

Em detrimento desses argumentos, impõem-se as indagações: Para essas mulheres a liberdade de movimento correspondia à liberalidade de valores que eram partilhados pelos homens do grupo? Até que ponto essas projeções correspondiam às vivências no interior do grupo?

Da mesma forma que existem pistas sinalizando para a liberalidade nas relações amorosas (como é o caso das letras de música produzidas pela vertente do samba malandro que talvez traduza a especificidade do Rio de Janeiro), existem outras que insistem em reafirmar uma certa acomodação às regras existentes na sociedade mais ampla, como por exemplo, a valorização do casamento pelos afro-descendentes paulistas, identificados nas pesquisas realizadas pelo historiador americano George R. Andrews,⁴¹ diferentemente do que ocorria no Rio de Janeiro, conforme observações de José Murilo de Carvalho. Ao traçar o perfil daquela cidade, no início do século XX, Carvalho identificou uma população masculina superior à feminina, altas taxas de nascimentos ilegais e baixas taxas de nupcialidade. Na compreensão do autor, essa situação sinalizava para o afrouxamento nos costumes.

Constatar tais aspectos não significa admitir que as transgressões não existissem durante o Carnaval. Por tratar-se de uma sociedade marcada por uma postura bastante rígida quanto aos valores que deveriam orientar as (novas e velhas) práticas sociais, o disfarce ainda se constituía uma das formas que possibilitava quebrar as normas.

Aqui e acolá, deparamo-nos com atitudes de censura frente a ousadias, como as apalpadelas, beijos, abraços e beliscões, mesmo que essas práticas aparecessem mencionadas com frequência durante o Carnaval.

A acerbação dessa crítica vinda de diferentes espaços do social direciona-se tanto às moças e mulheres dos estratos endinheirados quanto às dos estratos populares, coibindo ou desmascarando as posturas lascivas de suas condutas durante o Carnaval. A tematização sobre a conduta das mulheres burguesas aparece nas alegorias relativas à Colombina e nas descrições de orgias, que aconteciam durante o Carnaval, veiculadas nas crônicas, romances e folhetos, nas quais são postos em prática os seus instintos lascivos, desconsiderando-se os vínculos de amizade ou sangüíneos. Já em relação às mulheres de origem popular, os requiebrados das sambistas desvelam o erotismo e sugerem as possibilidades de prazeres desregrados que poderiam ser vividos durante esses festejos, bem como a beleza da mulher branca notadamente italiana, sinalizam os “perigos de perdição” para as mulheres desses grupos.

Considerando essas questões, penso que seria o caso de relativizar as projeções feitas pelas crônicas e pelos romances, que insistem na maior liberdade usufruída pelas moças das classes populares.

Essa crítica exacerbada talvez seja um elemento forte no sentido de corroborar a hipótese sobre a continuidade dos preceitos que valorizavam o recato e o ideal de pureza, requeridos para a mulher de família – não importando sua condição social –, que deveriam estar garantidos até mesmo durante o Carnaval e, igualmente, sua quebra. Porém, cabe observar que as situações mais ousadas eram apenas sugeridas em fantasias cujos personagens anunciavam a transgressão. Qualquer gesto que levasse à exposição do corpo era considerado pernicioso e impróprio à conduta da mulher ou da moça de família. Exemplo disso pode ser observado na fantasia da moça, vestida de princesa (ou cortesã?) oriental, que se escondeu sob véu transparente, sugerindo um sutil jogo de sedução.

Patrícia Galvão discutindo o Carnaval a partir do universo popular, enfoca o problema sob outro ângulo. Em seu romance *Parque industrial*, realça a participação das mulheres populares no Carnaval de rua com destaque tanto para as mulheres da comunidade negra quanto para as mocinhas da comunidade italiana e de colônias estrangeiras que moravam no Brás.⁴⁵ Porém, a preocupação central ainda é o perigo a que estão expostas diante dos apelos diversos que esses festejos propiciam.

A pulsão erótica presente nesses festejos foi capturada por Patrícia Galvão (Mara Lobo), quando afirma que as fantasias reprimidas afloram:

“os sexos estão ardendo”. (...) “todas as meninas bonitas estão sendo bolinadas. Os irmãozinhos seguram as velas a troco de balas”.⁴⁶

Em seu entendimento, não se trata apenas de um chamamento da libido sem alvos determinados. O Carnaval é uma festa na qual ganha espaço a postura amoral e desregrada da burguesia que, aproveitando o clima de liberalidade, coloca em prática os seus instintos lascivos de sedução irresponsável, em suas investidas amorosas a mocinhas ingênuas e bonitas da classe trabalhadora, que sonham com ascensão social via casamento.

Galvão descreve o Carnaval do Brás, reconhecido pela sua animação, até mesmo pelos “burgueses (que) passavam nos carros” e também por aqueles que buscam ali exercitar a sua licenciosidade. Sem nuançar a questão, a escritora interpreta a participação burguesa nesses festejos como uma atitude de perversão e violência, ao afirmar que “A burguesia procura no Brás carne fresca e nova”. Essa perspectiva fica explicitada nas falas do personagem Alfredo que, aproveitando a animação propiciada pela folia momesca, dirige-se ao Brás à procura de novas emoções, junto às ingênuas mocinhas italianas, “bonitas e ignorantes”.

– que pedaço de italianinha!

Só figura. Vá falar com ela. Uma analfabeta.

Pruma noite, ninguem precisa saber ler.⁴⁷

Não eram somente as moças italianas que corriam perigo de desagregação durante o Carnaval. Os mesmos problemas eram apontados para as moças proletárias de distintas origens e, também, da comunidade negra, que se deixassem enredar pelas promessas amorosas e de licenciosidade, propiciadas pelos festejos carnavalescos. As conseqüências eram a gravidez, a perda de emprego e o abandono familiar, que desencadeavam o início de um processo de degradação daquelas que se deixassem seduzir por promessas que não seriam cumpridas. Uma vez transgido esses parâmetros, estava destinada, sem possibilidades de retorno, a essa moça branca ou negra, a marginalidade social que fatalmente resultava em sua prostituição.

Deduz-se de sua análise, incisivamente crítica, que os festejos carnavalescos estavam longe de expressar um sentido universalizante e ingênuo no qual o riso irônico, a brincadeira e a irreverência destroçariam os limites hierárquicos e morais que organizavam o cotidiano dos indivíduos. Pelo contrário, tratava-se de uma festa que propiciava e se constituía em armadilhas às mocinhas ingênuas e bonitas das classes populares que, durante esses festejos, eram presas fáceis para homens inescrupulosos das elites, que se aproveitavam da liberalidade momesca para colocar em prática seus instintos libertinos e irresponsáveis.

Embora esse ideal de recato/pureza preconizado para as relações sociais e de sociabilidade da mulher fosse transposto para o Carnaval, algumas das representações elaboradas no período duvidaram de sua eficácia. Se a ocultação do corpo era mantida por meio de interdições, os “banhos de mar à fantasia” – tão ao gosto do carioca – e os bailes com desfiles de “nu artístico”, anunciados pelo conceituado (e conservador) jornal *Correio Paulistano*, simbolicamente desafiavam essas regras, ao serem anunciados publicamente em jornais, lidos por essas famílias guardiãs da “boa” moral e dos “bons” costumes. Nesse sentido, penso que expressavam certo afrouxamento das regras do comportamento, vistas por muitos desses contemporâneos como excessivamente fechadas.

Lembra Denise Sant’Anna⁴⁸ que, nessa época, “o banho de mar” ainda era recomendado para tratamento de saúde. A roupa de banho descrita garantia a ocultação do corpo de modo que ficasse a salvo dos olhares desejosos. Mas, a análise de contemporâneos, como Jorge Americano, ao comparar as condutas das famílias dos anos vinte (ano base: 1915) com as dos anos trinta (ano base: 1935), evidenciou mudanças radicais em curso, transformando as proibições e censuras em passado remoto, conforme assinalamos anteriormente.

Os maiôs, que substituíram as roupas de baeta, vieram, para os homens, curtos (25 centímetros acima dos joelhos) o busto recoberto, mas sem mangas.

Os maiôs femininos vieram simples, lisos, cores escuras, refegos, sem mangas decote ligeiro e a coxa recoberta até a metade. O mais das vezes, um saiotote curtininho.(...)

Desde 1925 os maiôs encurtaram 3 centímetros, e os saiototes foram eliminados. Quanto aos rapazes, começaram a usar o busto descoberto.⁴⁹

A ousadia dessas novas mudanças não passou despercebida ao presidente Artur Bernardes, que fez sua polícia expedir “portaria determinando quais deveriam ser as dimensões mínimas dos trajes de banho”, informou-nos Jorge Americano. Ele ironizou a eficácia dessa medida, pela dificuldade de controle e falta de definição da forma que seria acionada para sua execução.

Tal qual os banhos de mar, a circulação da mulher pelas ruas ou espaços públicos, no âmbito dessa moral conservadora, estava condicionada à companhia de outras pessoas, como evidenciam tanto as fontes quanto a bibliografia especializada,⁵⁰ situação cada vez mais em desuso, tal qual ocorria entre as mulheres dos segmentos populares.

Diante de reiteradas normatizações, as dúvidas quanto à eficácia dessas imposições são crescentes, o que nos leva a perguntar se elas eram bem-sucedidas entre as mulheres das elites. Ou, ainda, se as interações entre os sujeitos, durante esses festejos, eram tão fortes a ponto de provocar tais rupturas, como anunciavam as representações produzidas sobre as festividades carnavalescas. Ora, se estávamos diante de desejos, como pensar as imagens e representações expressas nas crônicas e romances que explicitaram práticas ousadas, inaugurando novas formas de sociabilidade, livre de amarras e convenções sociais?

Recebido em novembro/2003; aprovado em dezembro/2003

Notas

¹ Professora do Departamento de História da Unesp, campus Assis.

² June E. Hahner discute como se deu esse processo que remonta ao século XIX, iniciando a luta das mulheres pelo direito ao estudo que se estendeu ao direito de ter uma formação e carreira profissional para, em seguida, ampliar-se para os direitos políticos. HAHNER, J. E. *Emancipação do sexo feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2003.

³ Verificar sobre o assunto: LOBO, E. e PAOLI, M. C. Notas sobre o movimento no feminino. *Desvios*, ano 1, n. 1, nov. 1982, pp. 46-56; ALMEIDA, M. A. O ideário feminista na Bahia dos anos 30. *História*, v. 12. São Paulo, Editora Unesp, 1993, pp. 63-83.

⁴ Consultar sobre o assunto: HAHNER, op. cit., cap. 4.

⁵ HAHNER, op. cit., passim, p. 302. A aviadora citada era a paulista Anésia Pinheiro Machado que, em 1922, com 19 anos, após muitos obstáculos, conseguiu o seu brevê. Em seguida, passou a integrar a FBPF, com o intuito de socializar sua experiência e ajudar outras mulheres a realizar seus sonhos.

⁶ Consultar sobre essas questões: RAGO, M. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890, 1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; REIS, M. C. S. *Tessitura de destinos. Mulher e educação*. São Paulo, Educ, 1993 e RIBEIRO, E. A. *Meninas ingênuas: uma espécie em extinção? A sexualidade feminina: entre*

práticas e representações - Maringá 1950-1980. Dissertação de Mestrado em História, Assis, Unesp, Faculdade de Ciências e Letras, 1986.

⁶ No âmbito da comunidade negra, além dos blocos, tem-se notícia pela bibliografia especializada que esse segmento também tinha clubes na região da praça da Sé.

⁷ *Correio Paulistano*, 7/2/1929.

⁸ Consultar: QUEIROZ, M. I. P. de. op. cit., 1986 e SIMSON, O. R. de M. von. op. cit., 1995.

⁹ Refiro-me em especial aos trabalhos de: CUNHA, M. C. P., op. cit; SOHJET, R. *A subversão pelo riso. Estudo do carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro, FGV/RJ, 1998. PEREIRA, L. A. M. *O carnaval das letras*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

¹⁰ PEREIRA, op. cit.

¹¹ SIMSON, O. R. de M. von. Mulher e carnaval: mito e realidade. (Análise de atuação feminina nos folguedos de Momo desde o Entrudo até as Escolas de Samba). *Revista de História*, n. 125/126. São Paulo, USP, ago.-dez./1991 a jan.-jun./1992, pp. 7-21.

¹² *O Estado de S. Paulo*, 3/3/1927.

¹³ *Evolução*, 13/5/1933, p. 12.

¹⁴ *Ibid.*, p. 15.

¹⁵ MORAES, W. R. de, op. cit. p. 51.

¹⁶ *Id.*

¹⁷ SOIHET, op. cit., p. 157.

¹⁸ AMERICANO, J. *São Paulo nesse tempo. 1915-1935*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1962, pp. 185-192.

¹⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 188.

²⁰ Mulheres que fumam. *O Estado de S. Paulo*, 21/2/1926, p. 5. (Agradeço ao José Mário M. Ruiz por ter localizado esta matéria, que também faz parte do assunto de suas pesquisas.)

²¹ *Correio Paulistano*, 1929.

²² AMERICANO, op. cit.

²³ *Id.*, *ibid.*, p. 98.

²⁴ SCHPUN, M. R. *Beleza em jogo. Cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo, Editora Senac/Boitempo Editorial, 1999, p. 51.

²⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 102. As praias freqüentadas eram as de Santos, Guarujá e São Vicente.

²⁶ *Id.*, *ibid.*

²⁷ HAHNER, op. cit.

²⁸ MALUF, M. e MOTT, M. L. "Recônditos do mundo feminino". In: *História da vida privada no Brasil*. Coordenador-geral: Fernando Novais; organizador do volume: Nicolau Sevcenko. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, v. 3.

²⁹ MALUF e MOTT, op. cit e VELLOSO, M. P. As tias bahianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, v. 3, n. 6, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1990, pp. 207-228.

³⁰Essa participação somente foi possível em decorrência de o Novo Código Eleitoral, de 4 de fevereiro de 1932, ter incluído o direito ao voto à mulher. Cf. sobre o assunto: HAHNER, op. cit., p. 333; SILVA, Z. L. da. *A República dos anos 30. A sedução do moderno. Novos atores em cena: industriais e trabalhadores na Constituinte de 1933/1934*. p. 43 e 47.

³¹RIBEIRO, op. cit.

³²Consultar: CUNHA, *Espelho do mundo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

³³SANT'ANNA, D. B. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para a história do corpo no Brasil. In: SANT'ANNA, D. (org.). *Políticas do corpo*. São Paulo, Estação Liberdade, 1995.

³⁴Esta questão foi abordada pelo periódico *O Apito* e pelos romances *O país do carnaval* (Jorge Amado) e *Parque Industrial* (Patrícia Galvão)

³⁵Id.

³⁶AMADO, op. cit., p. 31.

³⁷Id., *ibid.*

³⁸Verificar sobre o assunto: DIAS, M. O. L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984; Velloso, op. cit.

³⁹VELLOSO, op. cit., p. 209.

⁴⁰SOIHET, op. cit., p. 155.

⁴¹Id., *ibid.*, p. 158.

⁴²Id., *ibid.*, p. 155.

⁴³Em 1928, o periódico *Progresso* noticia a posse da nova diretoria da "União da Mocidade" que é formada por homens e mulheres (*Progresso*, 7/9/1928, p. 4). Já em 1933, *Evolução* publica em suas páginas, em notícias diferentes, a participação de mulheres dirigindo bloco carnavalesco e ocupando cargos em diretoria de entidades. No primeiro caso, o jornal refere-se ao Bloco das Bahianas que era chefiado por Ondina. No outro, ao homenagear a diretoria do "B.C.Campos Elyseos", informa-nos que o mesmo tem nos cargos de vice-presidente a srta. Benedicta Carvalhaes e de diretora a sra. Sebastiana M. Barreto. *Evolução*, 13/5/1933, pp. 12 e 15. Lemos, em o *Progresso*, em 1930, que o "Clube 13 de Maio B. dos Homens Pretos de S. Paulo" tem sua diretoria composta apenas por mulheres (*Progresso*, 20/8/1930, p. 1).

⁴⁴ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo. (1888-1988)*. Bauru, Edusc, 1998. A análise dessa questão para o Rio de Janeiro parece ser distinta da constatada em São Paulo. Em *Os bestializados*. José Murilo de Carvalho traça um perfil bastante flexível para os costumes no Rio de Janeiro. CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 27.

⁴⁵Consultar sobre o assunto: LOBO, M. (Galvão, Patrícia). op. cit.

⁴⁶Idem, *ibidem*, p.42.

⁴⁷Idem, *ibidem*, p. 43.

⁴⁸SANT'ANNA, op. cit.

⁴⁹AMERICANO, op. cit., p. 194.

⁵⁰Refiro-me às reflexões de Patrícia Galvão (Mara Lobo) em *Parque Industrial* e, igualmente, às de Edméia Ribeiro, em sua dissertação de mestrado, obras já citadas anteriormente.